

## 1º COLÉGIO DE PRESIDENTES DE COMISSÕES DE DIREITO MILITAR DO BRASIL

### ATA DA REUNIÃO

Aos 10 dias do mês de setembro do ano de 2019, na atribuição de lavrar a presente Ata da 1ª Reunião do Colégio de Presidentes de Comissões de Direito Militar, realizada na sede da OAB-PR, em Curitiba/PR, às 14h52min, encontram-se presentes Dr. Jorge César de Assis (OAB-PR 82.573), na função de Presidente da CDM da OAB-PR; Dra. Rafaella Lass Fontana Branco e Silva (OAB-PR 88.578), na função de Vice-Presidente da CDM da OAB-PR e Secretária da ata; juntamente com a Drª Leticia de Fátima Padilha Lopes (OAB-PR nº 70.431). Dr. Jefferson Augusto de Paula (OAB-PR nº 36.702) e Dr. Marinson Luiz Albuquerque (OABPR nº 63.197), ambos na qualidade de organizadores do evento; e, os respectivos Presidentes das seguintes comissões: Piauí - Dr. Marcos Vinícius Brito Araújo (OAB-PI 1.560); Barueri/SP - Dr. Carlos Pereira da Costa Filho (OAB-SP 415.992); Ceará - Dra. Sabrina Valéria Melo Peres Portela (OAB-CE 38.606 – via Skype); Osasco/SP - Dr. José Nazareno de Santana (OAB-SP 201.706); São Paulo - Dr. Fernando Fabiani Capano (OAB-SP 203.901); Bahia - Dra. Fabiane Silva de Almeida (OAB-BA 37.848); Maranhão - Dra. Ana Carina Saraiva Castro (OAB-MA 15.899); Distrito Federal - Dr. Andrew Fernandes Farias (OAB-DF 31.584); e, Drª Roseli Borin (OAB-PR 33.521). Presentes também na reunião, na condições de ouvintes, os integrantes da Força Aérea Brasileira, Benedito Vitorio Dias da Cruz e Vinicius Koptchinski Alves Barreto.

O Presidente da CDM da OAB-PR abriu a Sessão dando as boas-vindas a todos, e desde logo, passou a palavra para o Dr. Jefferson Augusto de Paula, o qual sugeriu que as Dras. Ana Carina Saraiva Castro e Fabiane Silva de Almeida, redigissem a CARTA DE CURITIBA, a ser lida ao fim do Simpósio de Direito Militar a realizar-se em data de 11 de setembro de 2019, pelo que, restou aprovado à unanimidade.

Na sequência, foi passada a palavra ao Dr. Fernando Fabiani Capano, para se manifestar sobre a CDM-SP, o qual, disse que esta passando por alguns percalços, sendo que os trabalhos passaram agora a serem retomados, havendo



sido recriada a CDM da OAB-SP. A ideia atual é levemente diferenciada, pois, atualmente, existem cerca de 300 advogados atuando cotidianamente na seara militar, o que se mostra uma parcela de respeito, possuindo a Comissão mais de 100 membros efetivos e 20 membros consultores, posicionando-se no sentido de agregar para ocupar espaço de relevo dentro da OAB, visando, ademais de uma relação institucional positiva, uma relação "além muro", como as instituições militares. Outrossim, para em curto prazo (plano de seis meses), a Comissão organizou-se em três células, a saber: uma de regramentos e normas; uma de eventos; e, uma de relações institucionais. Possuem a pretensão de organizar um evento dentro da OAB-SP, talvez em dezembro, com tema em torno dos 50 anos do CPM e CPPM. Por fim, para além da defesa das prerrogativas, nota que o problema está no âmbito das organizações militares, onde umas se negam a receber advogados e até mesmo petições, ou seja, no campo do direito disciplinar. Em verdade, a preocupação não é centralizada nesses pontos. Pretendem criar uma associação de advogados no âmbito do Direito Militar. Dr<sup>a</sup> Fabiane pediu a palavra e, sugeriu que a associação fosse nacional. Por fim, o Dr. Fernando comunicou que peticionou ao Presidente da OAB-SP (Dr. Caio), apoiando a criação da Comissão Nacional de Direito Militar, expondo seu apoio ao Dr. Jefferson de Paula como Presidente para tanto.

Em explanação pela Dra. Sabrina Valéria Melo Peres Portela da CDM do Ceará (via Skype), manifestou que poucos são os advogados no estado que atuam na área do Direito Militar, oportunidade em que parabenizou a ideia da criação, em âmbito nacional, da associação de advogados de Direito Militar. Manifestou que a CDM do Ceará é composta por cerca de 17 membros.

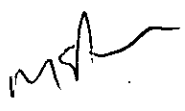
Devolvida a palavra ao Dr. Jefferson de Paula, declarou que uma das propostas a serem discutidas trata do cuidado em relação à escolha de datas pelas Comissões de todos os estados, para que procurem estreitar as relações e facilitar a participação e realizações dos eventos, a fim de sejam comunicadas previamente com aviso de integração e melhor participação a nível nacional, evitando que comissões façam eventos na mesma época. Sugeriu também que mais de uma comissão se junte, para organizar eventos em conjunto.

Passada a palavra ao Dr. Marcos Vinícius Brito Araújo, pela CDM do Estado do Piauí, declarou apoio ao Dr. Jorge César de Assis à presidência da

Comissão Nacional de Direito Militar, bem como, ao Dr. Jefferson de Paula. Informou terem implantado sala para interrogatório em presídio militar que será brevemente inaugurada. Manifestou que o Direito Militar necessita retomar seu patamar, haja vista ser este o primeiro de nosso país, e, em mesma oportunidade, demonstrou sua preocupação com o índice de suicídio em Teresina/PI, o que se transmite para o quadro de militares que possuem hoje o quarto menor salário do país e uma tropa reduzidíssima. Aduziu que estão aqui dispostos para aprender, colocando a subseção do Piauí à disposição para o trabalho do Direito Militar, informando que no estado existem apenas 10 advogados que militam na área, pelo que pretende que a matéria volte a integrar a grade curricular das faculdades. Por fim, declarou a percepção de que os problemas se mostram semelhantes. Considerou que a Justiça do estado julga quinze dias militares e quinze dias civis, o que se mostra preocupante.

Dr. Jorge Cesar de Assis passou a tecer considerações sobre o tema do suicídio, expondo que, na realidade, é uma preocupação antiga, em que, aparentemente, indivíduos que não demonstram quaisquer problemas acabam por chegar a tal fim. Retomada a palavra pelo Dr. Marcos Vinícius Brito Araújo, trouxe a questão de problemas em processos administrativos em que são recusados recebimentos de petições e situações semelhantes. Dr. Jefferson de Paula expôs considerações acerca da maneira que a vara do estado do Piauí trabalha e também como outras questões assim são tidas em âmbito estadual com as quais os advogados militantes da área têm de lidar.

Passada a palavra a Dra. Fabiane Silva de Almeida, da CDM da Bahia, aduziu ser uma Comissão jovem que se destina ao desenvolvimento de atividades visando estreitar as relações entre a OAB e a seara castrense no que se refere às rotinas de desempenho das atividades de segurança realizadas pelas Forças Militares da União e do Estado da Bahia e as principais demandas da sociedade civil no tocante a atuação dos militares. Aduziu ainda, que também enfrentam muitas dificuldades; e que no Estado da Bahia possuem associações de praças e oficiais. Disse que não tem dificuldade na auditoria militar da união, nem na vara da auditoria estadual, inclusive, a atuação da comissão de prerrogativas no âmbito de delegacias, sendo que ocorrem inúmeras violações de prerrogativas cometidas pela tropa da PMBA. Houve dificuldade em



apresentar a comissão aos comandos de batalhões e aos comandos das companhias independentes, mas que o Subcomandante já chancelou a apresentação aos grupos especializados e companhias, e que estão estabelecendo um bom diálogo com a tropa. Está com projeto de promoção de curso de mediação nas bases comunitárias, já iniciou o grupo de estudos com apoio da ESA/BA, no qual em cada encontro leva um monitor distinto, dentre os quais oficiais das forças auxiliares. Não possuem presídio militar, os militares da PM ficavam presos em uma estrutura arcaica prestes a incendiar no Batalhão do Choque. Atualmente, ficam custodiados no anexo da Cadeia Pública, situado do Conjunto Penal Penitenciário da Mata Escura. Nas faculdades não há a matéria de Direito Militar, ainda que optativa.

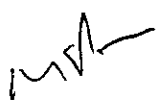
Dr. Marcos Vinícius Brito Araújo esclareceu que possuem audiência de custódia militar que foi implantada recentemente, as quais começarão na próxima semana. Dr. Fernando Capano pediu a palavra e esclareceu que na Justiça Militar de São Paulo também é feita audiência de custódia.

Com a palavra, Dr. Andrew Fernandes Farias, pela CDM do Distrito Federal, primeiramente parabenizou a CDM do Paraná e o Dr. Jefferson. Ato continuo ressaltou que a Justiça Militar da União e dos Estados são exemplos de tratamento ao advogado e respeito à dignidade da advocacia.

Fora passada a palavra aos presidentes das subseções.

Assim o Dr. José Nazareno de Santana, presidente da CDM de Osasco-SP, disse que na FALC lecionou por 10 anos; era professor da cadeira de Direito Militar, que está a frente da CDM de Osasco, juntamente com a Dra. Mariana Fernandes de Oliveira Silvestrini, que são também membros efetivos regionais da CDM de São Paulo. Que esta é quarta gestão da Comissão. Que no dia 18/09/2019 estarão promovendo o I Seminário de Direito Militar. Tem feito palestras na faculdade Anhanguera, visitas em quartéis do exército situados na região para divulgação da comissão.

Dando continuidade o presidente da CDM de Barueri - SP, Dr. Costa Filho, ressaltou que o Direito Militar deveria ser matéria do Exame de Ordem, bem como que essa área do direito deve ser valorizada por cuidar de uma categoria extremamente tão especial, que é o militar.



A Dra. Rose Bonin, presidente da CDM da subseção de Maringá, disse que a Comissão naquela cidade foi instaurada neste ano, com 18 integrantes e vem realizando várias palestras aos advogados, para familiarizá-los com o direito militar.

Dr. Jefferson Augusto de Paula falou da importância do grupo de "whatsapp" dos Presidentes de Comissão, que deve ser exclusivo para tratar de temas atinentes ao grupo.

O Presidente da OAB/Paraná Dr. Cássio Telles, em visita ao Colegiado ressaltou o trabalho que vem sendo realizado pela CDM da OAB/PR, dizendo que foi o percussor da criação da Comissão aqui no Paraná, quando era Vice-Presidente no ano de 2015, bem como, afirmou a importância da advocacia nessa área, a valorização das prerrogativas e do trabalho do profissional advogado.

O Dr. Jefferson Augusto de Paula, resumiu o trabalho da CDM do Paraná, falado sobre eventos (um simpósio e dois "bate papos" por ano), reuniões mensais, agendamentos com autoridades, existência de um site da Comissão, ilustrando todos os trabalhos da Comissão, nestes 5 anos.

Quanto ao colegiado sugeriu que se faz necessário uma organização quanto a agenda de eventos, para que não ocorram eventos muito próximos um do outro, possibilitando que os colegas possam participar, quem sabe, com comissões conjuntas.

Passada a palavra aos militares consultores, primeiramente o Cap. Vítório (Força Aérea Brasileira) manifestou o interesse em contribuir com as comissões, agradecendo a oportunidade de estar no evento, de igual forma Tenente Vinícius. Concluindo a fala.

A Dra. Ana Saraiva presidente da CDM do Maranhão, apresentou imagens dos eventos realizados naquela Seccional, mostrando que a comissão é atuante, inclusive possuindo projeto para que seja implementado nas faculdades. Informou que pretendem capacitar advogados para militar na área.

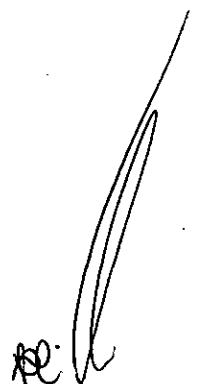
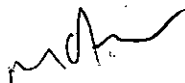
Finalizando, o Dr. Jefferson de Paula concluiu que após o Simpósio de Direito Militar haverá um jantar, estando todos os presentes convidados,



elogiando a tarde de reunião que se mostrou muito produtiva e finalizando a reunião nesta data.

Dando continuidade aos trabalhos, na data de 11/09/2019, as 17:20 hs, compareceram os advogados, Dr. Charles dos Santos Cabral Rocha (OAB-SP 344.179), Presidente da CDM de Diadema – SP; e, Dr. Fabio Cesar Rodrigues Silveira (OAB-RS 34.049), co-Presidente da CDM do RS, o qual iniciou dizendo que é uma honra estar no colégio de presidentes de comissões Nacionais, e contou sua história dentro da OABRS, advogando desde 1995, no ano passado teve a ideia de montar a CDM no RS, foi proposto ao Presidente da OAB/RS, que aceitou a criação da CDM, sendo que ele se ofereceu a ser Presidente da Comissão, enfatizou que tem portas abertas na Justiça Militar do Rio Grande do Sul, teceu elogios aos Juizes e Desembargadores do Estado, voltou a mencionar da criação da CDM no RS e que em paralelo o Dr. Luiz Pires, também tinha requerido, e foi feito uma reunião e votação para a criação, ficando com dois Presidentes. Informou que são 24 membros, e as reuniões são mensais, sendo que a última reunião teve aprovação destes novos membros, sendo discutido a criação do 1º regimento da comissão, e realizado um evento com sucesso. Foi sugerido pelo Dr. Jefferson que avise no grupo de Presidentes quando for feito evento, para que não tenha outras comissões com eventos na mesma data, e possam unir outras comissões para realização de eventos unidos. Dr. Fabio mencionou sobre a lista tríplice no seu Estado, elevou o atual Presidente da sua Seccional dizendo que o mesmo foi o maior apoio para criação de CDM. Outra informação foi a criação do EPROC, que está funcionando, e a meta é aproximar os brigadianos e Bombeiros. Agradeceu a receptividade e disse que esta orgulhoso de estar aqui, finalizando disse que apoia a criação da CDM Nacional.

Dr. Charles dos Santos Cabral Rocha, com a palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que não tem advogados que atuam no DM em Diadema, e que foi criada a CDM de Diadema em face da existência de Batalhões na região. Foi feito um pedido ao CG sobre as mortes de policiais de folga pelo fato de que o banco de dados da PM esta falho e foi feito um pedido pela comissão para que fosse apurado esse problema; sobre os processos administrativo que só são aceitos as petições físicas e a CDM requereu que as petições possam ser eletrônicas. Dr. Jefferson informou sobre os procedimentos



eletrônicos que foi instituído através de uma lei, que irá repassar no grupo as informações sobre o assunto. A terceira medida foi a criação de vagas de estacionamento no presídio para os advogados, pois, só tinha vagas para Juízes, Promotores, e viaturas, e foi feito um requerimento para essas vagas, sendo aprovado. Não foi feito evento, mas será reunida CDM de outros estados para realizar, Foram feitas visitas nas instituições. Disse que acredita na investigação defensiva; foi feito um requerimento sobre o assunto que irá ser repassando via whatsapp aos demais membros. Finalizou dizendo que a OAB tem força para lutarmos na investigação defensiva e finalizou agradecendo sua presença.

Com a palavra, Dra. Fabiane que iniciou lendo a carta aberta que será apresentada e lida após o evento. Dr. Charles mencionou sobre a revista dos advogados.

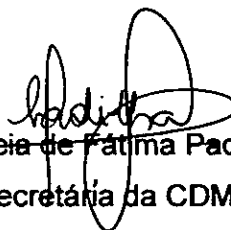
Dr. Andrew ponderou, que a Carta deveria ser sucinta, com o objetivo de gerar consenso entre os presentes. Ademais, requereu que na ata ficasse consignado o tratamento exemplar que a Justiça Militar da União e dos Estados outorgam aos advogados. Por fim, ressaltou que uma Comissão Nacional de Direito Militar concederá voz à advocacia nos debates nacionais relativos à matéria. Dra. Fabiane disse que foi mencionado apenas no âmbito administrativo.

Finalizou a reunião ficando em aberto para os apontamentos para a carta a qual será aprovada antes do termino do evento.

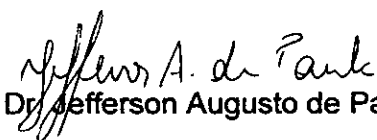
Ao final do IV Simpósio de Direito Militar da Comissão de Direito Militar da OAB/PR, foi lida e aprovada a Carta de Intenções, que será enviada ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.



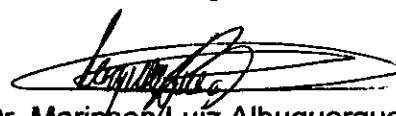
Dr<sup>a</sup> Rafaella Lass Fontana Branco e Silva - Dr<sup>a</sup> Letícia de Fátima Padilha Lopes  
Vice-Presidente da CDM/PR



Secretária da CDM/PR



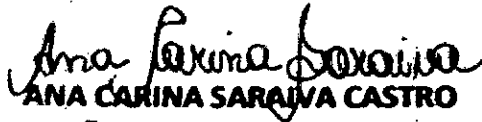
Dr. Jefferson Augusto de Paula e Dr. Marinson Luiz Albuquerque



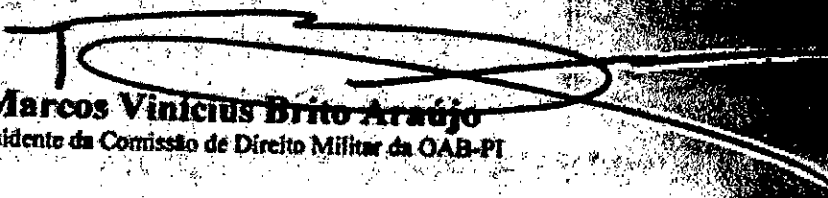
Organizadores do Evento



**Jorge César de Assis**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITO MILITAR**



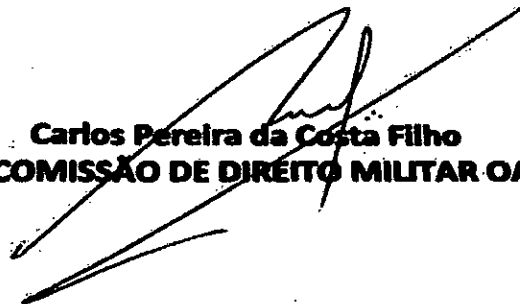
**ANA CARINA SARAIVA CASTRO**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL DE DIREITO MILITAR OAB-MA**



**Marcos Vinicius Brito Araújo**  
**Presidente da Comissão de Direito Militar da OAB-PI**



**Fernando Fabiani Capano**  
**Presidente da Comissão Especial de Direito Militar**  
**Conselheiro Seccional da OAB SP**



**Carlos Pereira da Costa Filho**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITO MILITAR OAB BARUERI/SP**